



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE GRADUAÇÃO LICENCIATURA PEDAGOGIA**

**ROSÁLIA ALVES DA CRUZ**

**PRECONCEITO CONTRA HOMOSSEXUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO**

**2025**

**Rosália Alves da Cruz**

**Preconceito contra homossexuais no ambiente escolar**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus  
Universitário de Miracema para obtenção do título de  
licenciado em Pedagogia

Orientador (a): Dr<sup>a</sup>. Juliana Chioca Ipolito

Miracema do Tocantins, TO

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema  
de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

A474p Cruz, Rosália Alves da.  
Preconceito contra homossexuais no ambiente escolar. / Rosália Alves da Cruz. –  
Miracema, TO, 2025.  
39 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário  
de Miracema - Curso de Pedagogia, 2025.

Orientador: Juliana Chioca Ipolito  
1. LGBTQIA +. 2. Heteronormatividade. 3. Ambiente escolar. 4. Inclusão  
Educativa. I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou  
por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos  
direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.  
**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ROSÁLIA ALVES DA CRUZ

PRECONCEITO CONTRA HOMOSSEXUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus  
Universitário de Miracema para obtenção do título de  
licenciado em Pedagogia

Orientador (a): Dr<sup>a</sup>. Juliana Chioca Ipolito

Data de aprovação: 09 / 12 / 2025

Banca Examinadora

---

Prof. Dra. Juliana Chioca Ipolito, Orientadora - UFT.

---

Prof. Dr. Luiz Claudio Ferreira Alves, Examinador - UFT.

---

Prof. Msc. Ricardo Ferreira de Sousa, Examinador - UFT.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar forças, a saúde e perseverança para chegar até aqui.

As minhas filhas, e minha irmã Luzia, pelo amor, incentivo e compreensão em todos os momentos desta caminhada.

Agradeço profundamente à minha orientadora, Juliana Chioca Ipolito, pela paciência, dedicação e pelo valioso conhecimento compartilhado ao longo de todo este processo. Sua orientação atenta e comprometida foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus professores e professoras, pela dedicação, paciência e por compartilharem seus conhecimentos, e contribuído de forma essencial para a construção deste trabalho

Aos colegas de curso e amigos, pelo apoio, parceria e pelas trocas que tornaram essa jornada, mas leve.

E a todos, que de alguma forma, contribuíram para realização deste TCC, deixo a minha sincera gratidão e muito obrigada.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar como ocorre o enfrentamento do preconceito contra a população LGBTQIA+ no ambiente escolar. Para tanto, traçamos como objetivos específicos: pesquisar a história da sexualidade e como a população LGBTQIA+ foi historicamente tratada ao longo do tempo; conhecer os conceitos relacionados a LGBTQIA+ e ao preconceito no ambiente escolar; e analisar as principais pesquisas publicadas entre 2019 e 2024 sobre as formas de enfrentamento ao preconceito contra a população LGBTQIA+ no ambiente escolar. Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica. As análises revelaram que, embora haja avanços normativos e maior debate público sobre diversidade, as instituições de ensino ainda demonstram fragilidade no enfrentamento à LGBTQIA+fobia. Os estudos examinados apontam para a persistência de discursos docentes preconceituosos, ausência de políticas inclusivas efetivas e lacunas na formação profissional. Observa-se que o combate ao preconceito contra estudantes LGBTQIA+ exige transformações estruturais no contexto educacional, envolvendo formação docente crítica, revisão de práticas pedagógicas e implementação de políticas institucionais que promovam acolhimento, respeito e equidade.

**Palavras-chave:** LGBTQIA+. Sexualidade. Heteronormatividade. Ambiente escolar. Inclusão Educacional.

## **ABSTRACT**

This research aims to investigate how prejudice against the LGBTQIA+ population is confronted in the school environment. To this end, we have outlined the following specific objectives: to research the history of sexuality and how the LGBTQIA+ population has been historically treated over time; to understand concepts related to LGBTQIA+ and prejudice in the school environment; and to analyze the main studies published between 2019 and 2024 on ways to confront prejudice against the LGBTQIA+ population in the school environment. This is, therefore, a bibliographic research. The analyses revealed that, although there have been normative advances and increased public debate about diversity, educational institutions still show weaknesses in confronting LGBTQIA+phobia. The examined studies point to the persistence of prejudiced discourse among teachers, the absence of effective inclusive policies, and gaps in professional training. It is observed that combating prejudice against LGBTQIA+ students requires structural transformations in the educational context, involving critical teacher training, revision of pedagogical practices, and the implementation of institutional policies that promote acceptance, respect, and equity.

**Keywords:** LGBTQIA+. Sexuality. Heteronormativity. School Environment. Educational Inclusion.

## **LISTAS DE TABELAS**

Tabela 1. Resultados da pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2</b>	<b>HISTÓRIA DA SEXUALIDADE: UMA ANÁLISE DE COMO A POPULAÇÃO LGBTQIA+ FOI HISTORICAMENTE TRATADA .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1</b>	<b>Conceitos fundamentais sobre a comunidade LGBTQIA+ e o preconceito no ambiente escolar .....</b>	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>ANÁLISE AS PRINCIPAIS PESQUISAS PUBLICADAS ENTRE 2019 E 2024 SOBRE AS FORMAS DE ENFRENTAMENTO AO PRECONCEITO CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO AMBIENTE ESCOLAR .....</b>	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>36</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa traz como tema de investigação o preconceito contra homossexuais no ambiente escolar. Uma realidade preocupante que persiste em muitas instituições de ensino, impactando negativamente a experiência educacional de estudantes que não se enquadram nas normas tradicionais de orientação sexual. Nesse contexto, o objetivo foi investigar como ocorre o enfrentamento do preconceito contra a população LGBTQIA+ no ambiente escolar. Isso porque o preconceito direcionado a indivíduos com diferentes orientações sexuais e identidades de gênero representa um desafio significativo nas instituições de ensino, influenciando negativamente a vivência educacional desses estudantes.

Assim, buscou-se aprofundar a compreensão sobre as dinâmicas desse enfrentamento, analisando estratégias existentes, desafios enfrentados pelos estudantes e propondo caminhos para promover uma educação mais inclusiva e igualitária. Para tanto, traçamos como objetivos específicos: pesquisar a história da sexualidade e como a população LGBTQIA+ foi historicamente tratada ao longo do tempo; conhecer os conceitos relacionados a LGBTQIA+ e ao preconceito no ambiente escolar; e analisar as principais pesquisas publicadas entre 2019 e 2024 sobre as formas de enfrentamento ao preconceito contra a população LGBTQIA+ no ambiente escolar.

Para tanto, este trabalho buscou investigar sobre esse fenômeno através de pesquisa bibliográfica. A primeira etapa consistiu na revisão de obras clássicas sobre sexualidade, com destaque para Michel Foucault (1999), bem como de autores como, Amando (2019), Louro (2011), Menezes (2018), entre outros, no intuito de examinar a história da sexualidade, focando especificamente na forma como a população LGBTQIA+ foi tratada ao longo do tempo. Isso implica em uma análise histórica para compreender como as questões relacionadas à sexualidade e identidade de gênero foram percebidas e abordadas em diferentes períodos. De igual modo, buscou-se uma compreensão mais profunda dos conceitos fundamentais associados à comunidade LGBTQIA+ e ao preconceito, especialmente no contexto escolar. A segunda etapa envolveu a análise sistemática de dissertações e teses disponibilizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, publicadas entre 2019 e 2024, buscando identificar tendências, lacunas e estratégias de enfrentamento ao preconceito nas escolas.

Dentro deste contexto, este trabalho abrange duas abordagens, que é o exame das concepções sobre sexualidade e homossexualidade ao longo da história, com ênfase na análise foucaultiana da sexualidade enquanto dispositivo de poder, e a investigação de como, nos últimos anos, a população LGBTQIA+ tem enfrentado preconceitos no ambiente escolar,

especialmente a partir de estudos produzidos entre 2019 e 2024 no âmbito acadêmico brasileiro. A escolha desse recorte se justifica pela urgência em compreender as raízes históricas das discriminações contemporâneas e, juntamente, analisar as estratégias e iniciativas recentes que buscam promover ambientes escolares mais inclusivos.

## **2 HISTÓRIA DA SEXUALIDADE: UMA ANÁLISE DE COMO A POPULAÇÃO LGBTQIA+ FOI HISTORICAMENTE TRATADA**

Este primeiro capítulo tem o objetivo de discorrer sobre como a sexualidade de modo geral, e a homossexualidade, de modo específico, foram tratadas ao longo da história, desde a antiguidade até os dias atuais. Isso porque, para entender como a homossexualidade é vista no presente é necessário compreendermos o passado, investigando seu histórico e as percepções que moldaram a compreensão sobre a sexualidade ao longo do tempo.

Com isso, a pesquisa foi conduzida por meio de análise bibliográfica do trabalho de Michel Foucault (1999), particularmente de sua obra “História da Sexualidade”, e em outros trabalhos como de Amando (2019), Louro (2008), Menezes (2018), e outros artigos científicos. O objetivo é entender como a sexualidade foi historicamente percebida, assim como examinar o tratamento e as condições enfrentadas pela população LGBTQIA+ ao longo dos anos. Essa análise histórica permite compreender como as questões relacionadas à sexualidade e identidade de gênero foram abordadas em diferentes períodos, refletindo as mudanças e continuidades nas concepções e práticas sociais sobre esses temas.

Para iniciar este capítulo e contribuir para um melhor entendimento do presente trabalho, apresentarei uma breve conceituação dos termos “sexualidade” e “homossexualidade”.

O conceito de sexualidade é amplo, complexo e sujeito a variações conforme o contexto histórico, cultural e social. De modo geral, refere-se ao conjunto de comportamentos, desejos e práticas relacionados ao sexo e à intimidade, englobando aspectos biológicos, como anatomia, fisiologia, e psicológicos como desejos, emoções e experiências subjetivas, e também fatores sociais, como normas, valores e construções culturais.

Segundo Michel Foucault (1999), a sexualidade não é uma característica natural ou essencialmente biológica do ser humano, mas sim uma construção histórica e social. O autor compreende como um dispositivo de poder, composto por discursos, instituições (como a família, a medicina, a escola e a igreja), leis e práticas que regulam e produzem concepções sobre a sexualidade. Esse dispositivo, de acordo com Foucault, gera efeitos tanto repressivos quanto produtivos, ao mesmo tempo em que limita e possibilita formas de expressão e vivência da sexualidade.

Já o conceito de homossexualidade também é relativo e desprovido de um significado fixo ou universal. Sua compreensão varia significativamente conforme o tempo, o espaço e o contexto sociocultural. De acordo com Fry e MacRae (1983), a homossexualidade deve ser

entendida como uma construção social e histórica que assume sentidos distintos em diferentes períodos e culturas. O que se considera homossexual em uma época ou lugar pode não ser reconhecido da mesma forma em outro. Por exemplo, as relações entre pessoas do mesmo sexo na Grécia Antiga, na Europa do século XIX, entre os indígenas Guaiiqui ou no Brasil contemporâneo assumem significados diversos, evidenciando que se trata de uma categoria relacional e culturalmente mediada.

Historicamente a sexualidade foi percebida e sujeita a regras e normas na sociedade ocidental desde a Antiguidade até o século XVII. No entanto, a sexualidade não foi sempre reprimida, mas sim que a repressão é um fenômeno histórico que se desenvolveu a partir do século XVII. Isto é, na Grécia antiga a sexualidade era vista como uma parte natural da vida humana, e a homossexualidade era comum e aceita em algumas culturas e a prostituição era regulamentada e aceita como uma profissão. (FOUCAULT, 1999).

No início do século XVII havia uma certa franqueza em relação a sexualidade, com práticas e discursos mais abertos. Foucault (1999) afirma que, desde a época clássica até o início do século XVII, havia uma razoável franqueza das práticas sexuais. Pois o sexo era visto como parte do sagrado, e não do profano. No entanto com advento da burguesia vitoriana, a sexualidade foi “encerrada” e reprimida, somente a família conjugal se tornou o modelo de referência, e a sexualidade foi reduzida somente à função de reprodução. Sendo assim, apenas o casal legítimo e procriador ditava a lei, e qualquer forma de sexualidade que não se encaixasse nesse modelo era considerado anormal.

Neste século a Igreja Católica e o Estado começaram a exercer controle sobre a sexualidade e sobre a vida das pessoas, criando uma rede de poder que reprimia qualquer forma da sexualidade que não encaixasse nos padrões normativos. Ou seja, em vez de uma repressão direta, o que ocorreu foi a invenção de formas de vigilância, diagnóstico e normalização do comportamento, a sexualidade foi construída como o objeto de conhecimento e controle, a medicina, a psiquiatria e a psicologia que começaram a estudar a sexualidade, criando categorias e conceitos que definem o que era “normal” e o que era “anormal”. (FOUCAULT, 1999).

A sexualidade sofreu com a repressão, e “isso levou a uma série de consequências, incluindo as atitudes que escodem os corpos e a censura dos discursos, ou seja, as práticas e comportamentos rejeitados pela sociedade, e aqueles que não se encaixavam no modelo da sexualidade aceitável eram considerados anormais e sofriam sanções. Pois a repressão imposta pela sociedade burguesa era severa sobre a sexualidade, especialmente sobre as formas de sexualidade que não se encaixam nos padrões normativos. Esta repressão não apenas proibia

certas práticas sexuais, mas também as negava e as reduzia ao silêncio. Portanto era imposta pela sociedade burguesa uma interdição ao sexo, especialmente em relação às crianças, a ideia é que a criança não tem sexo e que qualquer manifestação de sexualidade por parte dela devia ser reprimida”. (FOUCAULT, 1999).

Também era observado que a sociedade burguesa permitia certas formas de sexualidade em lugares específicos, como os bordéis e as casas de saúde mental, ou seja, porque era para seu próprio benefício. Então, nesses lugares as práticas sexuais eram toleradas porque eram exercidas de forma controlada e lucrativa. Portanto, a sociedade burguesa impôs um tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo sobre a sexualidade. Isto significava que a sexualidade é proibida, negada e reduzida ao silêncio, exceto em lugares específicos onde era tolerada de forma controlada.

Foucault (1999) questiona “se estamos realmente liberados da repressão da sexualidade que caracterizou os dois últimos séculos, a resposta é não, e que a liberação da sexualidade é um processo complexo que envolve mais do que apenas a prática médica ou um discurso teórico”. Ele faz uma crítica a abordagem de Freud e da psicanálise em relação à sexualidade, porque ela é excessivamente cautelosa e normalizadora, ou seja, ela tenta ajustar a sexualidade às normas sociais pois serve mais para reforçar do que para libertá-la. Também, cita a relação entre poder, saber e sexualidade, e argumenta que a repressão da sexualidade é um mecanismo de poder que serve para controlar a sociedade, pois a repressão da sexualidade é uma forma de exercer controle sobre as pessoas e mantê-las dentro das normas sociais, e que a liberação da sexualidade requer uma transgressão das leis e das interdições, pois é uma nova economia dos mecanismos do poder. Foucault faz também uma crítica a sexologia, argumentando que ela serve mais para integrar as pessoas na sociedade do que para libertar a sexualidade, pois a sexologia é vista como uma forma de controle social que serve para reforçar as normas sociais em vez de promover a liberdade sexual. (FOUCAULT, p. 11, 1999). Neste sentido, observamos que;

Esse discurso sobre a repressão moderna do sexo se sustenta. Sem dúvida porque é fácil de ser dominado. Uma grave cautela histórica e política o protege; pondo a origem da Idade da Repressão no século XVII, após centenas de anos de arejamento e expressão livre, faz-se com que coincida como desenvolvimento do capitalismo: ela faria parte da ordem burguesa. A crônica menor do sexo e de suas vexações se transpõe, imediatamente, na cerimoniosa história dos modos de produção: sua futilidade se dissipa (FOUCAULT, 1999, p. 11).

Observamos que o discurso sobre a repressão moderna do sexo se sustenta em uma série de pressupostos e mecanismos de poder que visam controlar e regular a sexualidade. Portanto, esse discurso é sustentado por uma rede de relações de poder que envolvem

instituições, como a medicina, a psicanálise e a educação, que buscam normalizar e controlar a sexualidade. Além disso, esse discurso também era sustentado por uma série de tabus e interdições que visam reprimir a sexualidade e mantê-la sob controle, e está relacionada à exploração da força do trabalho. Em uma época que a força de trabalho era explorada sistematicamente, não se pode permitir que ela seja “dissipada” em prazeres sexuais exceto aqueles necessários para reprodução. E que a luta pela liberdade sexual está intimamente ligada a luta política pela liberdade e pela justiça, sendo assim, a liberdade sexual é um direito fundamental que deve ser defendido e promovido.

Foucault critica o discurso sobre a repressão do sexo, argumentando que ele pode ser uma forma de manter os antigos pudores e tabus, e propõe que é necessário questionar as motivações por trás desse discurso e considerar que ele não está sendo usado para manter a repressão do sexo em vez de promover a liberdade sexual (FOUCAULT, 1999). Neste contexto, notamos que:

Existe, talvez, uma outra razão que torna para nós tão gratificante formular em termos de repressão as relações do sexo e do poder: é o que poderia chamar o benefício do locutor. Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura. Daí essa solenidade com que fala, hoje em dia, do sexo. Os primeiros demógrafos e os psiquiatras do século XIX, quando tinham que evocá-lo, acreditavam que deviam pedir desculpas por reter a atenção de seus leitores em assuntos tão baixos e tão fúteis. Há dezenas de anos que nós só falamos de sexo fazendo pose: consciência de desafiar a ordem estabelecida, tom de voz que demonstra saber que se é subversivo, ardor em conjurar o presente e aclamar um futuro para cujo apressamento se pensa contribuir. Alguma coisa da ordem da revolta, da liberdade prometida, da proximidade da época de uma nova lei, passa facilmente nesse discurso sobre a opressão do sexo. (FOUCAULT, 1999, p.12).

Notamos que, a repressão do sexo como discurso de poder, é a ideia de que o sexo é reprimido, é um discurso que nos permite falar sobre o sexo de uma maneira que parece transgressiva e subversiva. Isso nos dá um sentimento de liberdade e de desafio à ordem estabelecida. Pois, a repressão do sexo nos permite assumir um papel de locutor, que é um papel de poder, e nos dá um senso de transgressão e liberdade. Ao falar sobre o sexo, estamos desafiando a ordem estabelecida e antecipando uma liberdade futura. O sexo permite que vinculemos a revolução e o prazer. Isto é porque o discurso sobre a repressão do sexo promete uma liberdade futura e um prazer que é atualmente proibido. De modo que, o sexo se tornou uma mercadoria que é comprada e vendida. Neste contexto, Foucault (1999), nos propõe pôr em questão a natureza do discurso sobre a repressão do sexo e a considerar como ele pode ser

usado para exercer poder e controle, e nos faz pensar sobre o que significa ser livre e como a liberdade pode ser exercida de forma autêntica.

Após o Concílio de Trento, a Igreja Católica passou por uma evolução na sua abordagem em relação a sexualidade. Inicialmente, os manuais de confissão na Idade Média e do século XVII, eram elaborados para guiar os confessores (padres) e os fiéis, pois apresentavam questões detalhadas e explícitas sobre a sexualidade, ou seja, de manter o controle moral sobre todos os aspectos da vida dos fiéis. Isso refletia uma preocupação crescente da Igreja em regular não apenas os comportamentos públicos, mas também os privados e íntimos, como a vida sexual dos indivíduos. No entanto, ao longo do tempo, a Igreja Católica passou a recomendar um procedimento mais discreto e reservado em relação aos pecados contra a pureza, pois os padres eram orientados a evitar perguntas diretas e precisas sobre a sexualidade. Pois, comparava ao “breu” a discussão sobre sexualidade, ou seja, uma substância que mancha e suja tudo que toca, isto significava que a Igreja considerava perigosa e poderia levar a consequências negativas. (FOUCAULT, 1999).

O cristianismo operou uma grande reviravolta na forma como a sexualidade era vista e tratada. A religião cristã institucionalizada introduz uma grande novidade no Ocidente ao transformar o pecado original em pecado sexual. Pois a ideia de que o pecado original era como um pecado de curiosidade e orgulho, foi transformada em um pecado sexual. Assim, a transformação do pecado original em pecado sexual teve um impacto significativo na percepção do pecado e da moralidade, e o cristianismo teve um papel importante na formação da moralidade e da percepção do corpo e da sexualidade, e oprimia os indivíduos. (GOFF e TRUONG, 2006)

Desse modo, a igreja exercia poder sobre os indivíduos regulando a vida sexual das pessoas, ditando regras e normas para reprimir a sexualidade e oprimir os indivíduos, principalmente os que não se encaixavam nos padrões normativos, como a sexualidade, pois era considerado um ato irregular e contrário à reprodução, que era apontado como o objetivo principal da sexualidade. Assim, a Igreja impôs regras severas para controlar a sexualidade e condenou a homossexualidade como um pecado grave.

Nesse sentido, a Igreja se sentia ameaçada pelo poder e monopólio que a homossexualidade poderia representar e, por isso, a outorga como um caráter satânico. Isso levou a igreja rejeitar à homossexualidade, influenciando a sociedade a adotar uma mentalidade semelhante. Assim, a homossexualidade foi considerada uma doença e uma ameaça à moral e aos bons costumes.

Na tese de Sabrina Guerra (2019), é discutido o papel histórico dos discursos médicos na construção de normas sobre sexualidade e gênero, e como esses discursos contribuíram para a exclusão, patologização e violência contra pessoas LGBTQI+. A autora demonstra que, especialmente no século XIX, a medicina, representada principalmente pela Medicina Legal e pela Psiquiatria, atuou como uma das principais instituições propagadoras da lógica heteronormativa, ao definir corpos e identidades sexuais dentro de padrões considerados “normais” e a deslegitimar qualquer vivência que escapasse dessa norma. Esses discursos legitimaram práticas de marginalização ao classificar a diversidade sexual e de gênero como desvios ou anormalidades. Com base em teorias críticas feministas e *queer* Guerra propõe uma crítica à autoridade da ciência médica, questionando seu papel na construção de verdades absolutas e sua resistência ao diálogo com outros saberes e com os sujeitos diretamente afetados por essas normatizações.

Guerra (2019), ao analisar os livros, observou que manuais contemporâneos de Medicina Legal ainda adotam terminologias que patologizam a homossexualidade e a lesbianidade, utilizando expressões como "transtornos" ou "distúrbios do instinto sexual". A autora destaca que o uso de sufixos como "ismos" contribui para a manutenção da ideia de que tais orientações sexuais constituem doenças ou desvios clínicos, mesmo após sua despatologização oficial nas décadas finais do século XX. Segundo Guerra tais classificações, reforçam concepções ultrapassadas que associam a homossexualidade à anormalidade e à necessidade de tratamento, contrariando os avanços na promoção da igualdade e no reconhecimento da diversidade sexual. Sua análise propõe uma crítica contundente a esses materiais, que perpetuam discursos excludentes e estigmatizantes sob o manto da autoridade médica. Portanto,

[...] objetivei realizar uma análise crítica pautada nas teorias feministas que me deram suporte para entender os discursos que legitimaram tais posicionamentos, através da contundente crítica feminista a ciência, mas também percebendo suas limitações que foram fundamentais para o desenvolvimento da teoria *queer*, que colaboraram para se pensar numa forma de analisar e criticar esses livros de Medicina Legal, que são lidos por estudantes em formação na área da Medicina e do Direito. (GUERRA, 2019, p.13).

As críticas feministas à ciência são fundamentais para revelar os limites, os preconceitos e os vieses presentes nas produções científicas tradicionais, especialmente no que diz respeito à sexualidade e ao gênero. A teoria *queer*, por sua vez, oferece ferramentas analíticas para desconstruir as normatizações e patologizações desses temas nos discursos médicos e jurídicos. A partir dessa abordagem teórica, a análise da autora busca promover uma reflexão crítica sobre o modo como o saber científico tem sido utilizado para reforçar

desigualdades e exclusões. Essa perspectiva é especialmente relevante para a formação de estudantes nas áreas da Medicina Legal e do Direito, contribuindo para o desenvolvimento de uma compreensão mais ética, inclusiva e contextualizada da diversidade humana.

No entanto, vale destacar que os discursos presentes em livros de Medicina Legal contribuem para a perpetuação do preconceito em sociedades como a brasileira, ao se apoiarem exclusivamente em concepções biológicas e por desconsiderarem as múltiplas possibilidades de expressão de gênero. Essa abordagem reducionista da ciência reforça estigmas e limita a compreensão da diversidade humana, sustentando narrativas normativas que marginalizam identidades dissidentes. A crítica recai sobre a ciência tradicional, que, ao ignorar as complexidades sociais, históricas e culturais do gênero, acaba por legitimar práticas discriminatórias e naturalizar desigualdades estruturais já profundamente enraizadas no contexto social brasileiro. (GUERRA, 2019)

Sabrina Guerra (2019) fez a análise, com base nos conceitos de "normal" e "patológico" de Georges Canguilhem e na análise de discurso de Michel Foucault, “referenciais teóricos que sustentam uma leitura crítica de como as obras de medicina legal perpetuam discursos preconceituosos em relação à população LGBTQI+. Por meio da análise de livros dos séculos XIX ao XXI, utilizados no Brasil e em Portugal, a autora evidencia como esses textos mantêm visões preconceituosas, contribuindo para a patologização e exclusão de pessoas trans, lésbicas e homossexuais. Guerra denuncia que tais obras, ainda usadas na formação de profissionais do Direito e da Medicina, legitimam violências institucionais e reforçam a LGBTQIfobia, em vez de promoverem os direitos humanos e a dignidade dessas populações” (GUERRA, 2019 p. 20,).

No entanto, o objetivo desse estudo também é fazer uma análise de como a homossexualidade foi tratada, ao longo da história, e construída como uma patologia por meio das relações entre saber e poder, especialmente a partir de discursos médicos, jurídicos e morais. Pois, as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo não foram sempre entendidas da mesma forma, elas receberam diferentes nomes e interpretações conforme as normas morais de cada época e sociedade.

Diante disso vale destacar e distinguir a importância dos termos “homossexualismo” e “homossexualidade”. Embora tenham a mesma origem etimológica, seus significados são distintos: homossexualismo carrega a conotação patologizante, ligada ao período em que a homossexualidade era vista como uma doença; já homossexualidade é o termo mais atual, desvinculado dessa visão médica e preconceituosa (PRESTES e VIANNA, 2007).

Foi a partir dos anos 1960, que movimentos sociais no Ocidente começaram a lutar contra as opressões vividas por diversos grupos marginalizados, dando origem a movimentos como o negro, o feminista e o de libertação homossexual. Assim: “Com base nas políticas de identidade, esses movimentos buscavam afirmar identidades específicas que historicamente foram estigmatizadas” (RIBEIRO, 2011, p. 125).

No Brasil, até os anos 1970, a homossexualidade era pouco visível, e o movimento homossexual ainda era principiante, mas apesar de começar a aparecer em manifestações artísticas e na publicidade. Nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, entre as décadas de 1930 e 1950, gays e lésbicas viviam sua sexualidade de forma clandestina, com sentimento de culpa, sendo muitas vezes forçados a levar uma "dupla vida" para esconder sua identidade. Sob influência de movimentos internacionais, como o Gay Liberation surgido após a revolta de Stonewall (EUA, 1969), começaram a surgir grupos de militância homossexual. (RIBEIRO, 2011).

O GRUPO SOMOS foi um dos primeiros a organizar o movimento de forma duradoura no país. A mobilização visava combater o preconceito e a discriminação, e buscava afirmar uma identidade homossexual coletiva. Homossexuais também se aliaram à esquerda política na luta contra a ditadura militar brasileira, mas muitos se sentiram usados como massa de manobra, ao perceberem que suas pautas específicas eram ignoradas. No final dos anos 1970, cresceu o desencanto com a transformação do sistema como caminho para a libertação, e adotou-se um modelo de afirmação identitária semelhante ao dos movimentos étnicos. (RIBEIRO, 2011)

Nesse contexto, surgiram disputas internas sobre como representar a homossexualidade. Enquanto alguns defendiam a integração social, outros, como as feministas lésbicas, propunham a criação de comunidades próprias. A crítica à homogeneização da identidade homossexual cresceu, destacando que ela era atravessada por marcadores como classe, raça e etnia, e que outras identidades de gênero e sexualidade, como travestis, transexuais e bissexuais, estavam sendo excluídas.

Ressalta Menezes (2018), a ausência de aceitação desses sujeitos sociais é frequentemente alimentada por ações preconceituosas e discriminatórias, levando a consequências que variam de acordo com as especificidades de cada indivíduo vítima de determinada violência. A busca pela legitimação das diversas sexualidades e identidades de gênero implica em desafiar preconceitos arraigados na sociedade, desconstruindo estereótipos que perpetuam a marginalização de determinados grupos. Essa tarefa complexa não se limita apenas ao âmbito pessoal, estendendo-se também para instituições, como a escola, onde a

construção de um ambiente inclusivo é essencial para o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

Depois de fazer a análise histórica de como a sexualidade e a homossexualidade foram compreendidas e reguladas por diferentes instituições sociais, como a Igreja, a Medicina, a Psiquiatria, o Direito e o Estado, compreende-se que estas instituições foram as responsáveis por propagar discursos que contribuíram para a normatização e marginalização das identidades dissidentes.

Por isso, este trabalho se propõe, no capítulo seguinte, a realizar uma breve análise acerca do tratamento dado à população LGBTQIA+ no contexto escolar, destacando os principais desafios enfrentados por esses sujeitos no ambiente educacional. Esta discussão será abrangente e aprofundada, em conformidade com os objetivos centrais desta pesquisa.

Vale destacar a importância de abordar a homofobia na sociedade moderna, com ênfase especial no ambiente escolar, onde pessoas LGBTQIA+ frequentemente enfrentam violência, discriminação e exclusão. Salienta-se que a escola, é idealmente um espaço de aprendizado e respeito à diversidade, pois ainda reproduz padrões heteronormativos e hierarquias de gênero e sexualidade, o que compromete tanto o acesso quanto a permanência de estudantes LGBTQIA+, além de prejudicar seu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Portanto, há uma necessidade de estratégias políticas educacionais transformadoras que promovam ambientes escolares mais inclusivos, acolhedores e seguros, nos quais a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero seja respeitada e valorizada. (MENEZES, 2018).

Face ao exposto, nota-se que a sexualidade, e especialmente a homossexualidade, foram historicamente tratadas de forma excludente, estigmatizante e patologizante por instituições centrais da sociedade, como a igreja, a medicina, psiquiatria, direito, estado e a escola. Ao invés destas promoverem o reconhecimento e o respeito à diversidade, essas instituições contribuíram para fortalecer normas heteronormativas que marginalizam identidades sexuais e de gênero dissidentes. O ambiente escolar, que deveria ser um espaço de acolhimento, segurança e formação cidadã, muitas das vezes acaba reproduzindo práticas discriminatórias, reforçando o silenciamento e a exclusão. Entender esse percurso histórico é essencial para construir propostas de transformação que promovam efetivamente a justiça e o respeito à diversidade humana. Por isso, a próxima seção objetiva discutir sobre a escola como espaço de disputa, resistência e possibilidade de transformação social.

## **2.1 Conceitos fundamentais sobre a comunidade LGBTQIA+ e o preconceito no ambiente escolar**

O objetivo desta seção é realizar uma discussão conceitual acerca da população LGBTQIA+ e das diversas formas de preconceito enfrentadas no contexto escolar. Assim, buscou-se oferecer um embasamento teórico que permita compreender como essas identidades são constituídas socialmente, bem como os mecanismos que sustentam a discriminação no ambiente educacional.

Para tanto, é preciso compreender os conceitos fundamentais que envolvem a comunidade LGBTQIA+ e é indispensável para a formação crítica de professores e profissionais da educação. Este trabalho tem como objetivo analisar o preconceito existente no ambiente escolar a partir da abordagem dos conceitos centrais sobre diversidade sexual e de gênero. Vale ressaltar que a reflexão sobre essas questões se faz urgente diante das práticas excludentes que ainda marcam o cotidiano de muitas instituições de ensino, afetando diretamente o bem-estar e o desenvolvimento de estudantes LGBTQIA+. Assim, a proposta desta pesquisa é fazer uma análise crítica que contribua para práticas pedagógicas mais inclusivas e humanizadas.

Segundo Bortoletto (2019), a identidade da comunidade LGBTQIA+ foi construída historicamente a partir de vivências políticas, sociais e psicológicas de seus integrantes, em constante enfrentamento aos padrões normativos que reforçam a exclusão e a alteridade. O autor analisa a trajetória dessa comunidade desde sua crescente organização e visibilidade no final da década de 1970 até os desdobramentos contemporâneos no século XXI. A pesquisa propõe compreender como essa identidade coletiva se formou ao longo do tempo, considerando a diversidade interna do grupo. Um dos focos centrais do estudo é a análise das especificidades de cada identidade representada na sigla LGBTQIA+, destacando suas singularidades e a importância do reconhecimento dessas diferenças. Bortoletto também aborda o conceito de alteridade, evidenciando como a construção social do “diferente”, especialmente daqueles que não se enquadram nas normas heteronormativas, resulta em tensões, preconceitos e incompreensão. Assim, a oposição entre heterossexualidade e homossexualidade é interpretada como reflexo da imposição de normas sociais excludentes, que reforçam o estigma e a marginalização da diversidade sexual e de gênero. (BORTOLETTO, 2019, p. 5).

Bortoletto (2019), fala da evolução constante da sigla que representa a comunidade LGBTQIA+, refletindo as mudanças sociais e políticas relacionadas às diversas identidades

de gênero e orientações sexuais, a comunidade LGBTQIA+ está em constante transformação, refletindo o surgimento de novas identidades, pautas e demandas sociais e políticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero. Inicialmente representada pela sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), com forte apelo comercial, a comunidade passou por um processo de ampliação e inclusão de outras identidades não contempladas. Um marco importante dessa evolução foi o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, em 2005, onde a letra "B", de bissexuais, foi oficialmente incorporada, e a letra "T" passou a representar travestis, transexuais e transgêneros. A sigla então evoluiu para LGBT e, posteriormente, continuou a se expandir para incluir outras identidades, como intersexos ("I"), queer ("Q"), agêneros e assexuados ("A"). Essa evolução demonstra o esforço contínuo da militância em tornar a sigla mais inclusiva e representativa da diversidade que compõe a comunidade, reafirmando a importância do reconhecimento e da visibilidade de todas as formas de existência sexual e de gênero. (BORTOLETTO, 2019, p. 10-11).

Depois de compreender o significado e a evolução da sigla LGBTQIA+, é essencial fazer uma análise para aprofundar a discussão sobre os desafios enfrentados por essa população no ambiente escolar. A escola, que deveria ser um espaço de acolhimento, respeito e aprendizado para todos, muitas das vezes, se mostra como um cenário de exclusão, discriminação e preconceito com os alunos LGBTQIA+. Pois a falta de preparo de muitos profissionais da educação, ligada à ausência de políticas públicas inclusivas e à reprodução de cicatrizes sociais, contribui para a marginalização e discriminação desses alunos, afetando diretamente seu desempenho acadêmico, autoestima e permanência na escola. Portanto, torna-se fundamental refletir sobre práticas pedagógicas e ações institucionais que promovam a inclusão e o respeito à diversidade no ambiente escolar, e aulas de orientação sexual.

Prado e Junqueira (2008), fizeram uma investigação sobre a homofobia no Brasil, na Fundação Perseu Abramo que revelou um cenário grave e cotidiano de opressão, silenciamento e exclusão vivido por milhões de pessoas. Essa realidade está enraizada em um sistema social historicamente baseado em privilégios e desigualdades, sustentado por normas e valores que marginalizam quem não se encaixa no padrão dominante, adulto, branco, masculino, heterossexual, cristão e burguês. A homofobia, articulada a outras formas de discriminação como racismo, sexismo e classismo, e é normalizada e reproduzida pelas instituições, que raramente demonstram vontade real de enfrentá-la. A pesquisa mostrou que não existem espaços institucionais livres de homofobia, e que o problema segue invisibilizado e sem prioridade nas políticas públicas. Eles argumentam que a homofobia não se limita em atitudes individuais, mas é um fenômeno social que envolve instituições e práticas culturais.

Ela se manifesta como um sistema de humilhação, exclusão e violência, comparável a outras formas de preconceito, como racismo e sexismo. Neste sentido, Prado e Junqueira dizem que:

Com efeito, classismo, racismo, sexismo e homofobia, entre outros fenômenos discriminatórios, só não fazem parte do nosso cotidiano, mas, não raro, parecem fornecer cadência e ritmo às nossas instituições. A pesquisa da FPA deixa nítida a inexistência de espaços institucionais livres de homofobia. É preciso percebê-la não como um elemento intruso que sorrateiramente adentraria os muros das instituições como, - aliás, muitos parecem comodamente querer pensar a manifestação da homofobia no espaço escolar, por exemplo. Além de ter sua entrada geralmente franqueada, homofobia a (e não apenas ela) tende a ser cultivada no interior de muitas delas. (PRADO e JUNQUEIRA, 2008, p. 52).

Notamos que as formas de discriminação como classismo, racismo, sexismo e homofobia não apenas estão presentes no cotidiano da sociedade, mas também estruturam e influenciam o funcionamento das instituições. Pois a pesquisa da Fundação Perseu Abramo (FPA) evidencia que não existem espaços institucionais realmente livres de homofobia, mostrando que essa violência não é um elemento externo que invade ocasionalmente esses ambientes, como muitos preferem acreditar, especialmente no caso das escolas. Entretanto, a homofobia é frequentemente aceita, reproduzida e até cultivada dentro das instituições, revelando que elas próprias participam ativamente da manutenção das desigualdades e preconceitos.

Assim, as escolas funcionam como espaços que produzem, reproduzem e atualizam valores e práticas que sustentam a heteronormatividade, um sistema que considera a heterossexualidade como a única forma legítima de expressão sexual e de gênero. Esse sistema impõe uma norma rígida baseada na ideia de que existem apenas dois sexos biológicos, que devem corresponder automaticamente a dois gêneros (masculino e feminino) e a um desejo heterossexual. Essa lógica reforça a chamada "heterossexualidade compulsória" e serve como base para a exclusão, hierarquização e humilhação de todas as identidades que escapam desse modelo. Assim, a homofobia e outras formas de opressão não são elementos externos às instituições, mas parte intrínseca de seu funcionamento cotidiano. (PRADO e JUNQUEIRA, 2008).

Amando (2018) traz a análise da sociedade brasileira sob uma perspectiva histórica e revela a prevalência de um padrão normativo centrado no homem branco, heterossexual, cristão e de classe média, uma referência que tem sido amplamente aceita como a norma social. Este modelo estabelece uma identidade que, ao ser adotada como padrão, relega grupos diversos, como mulheres, pessoas não brancas, homossexuais e adeptos de outras religiões, à condição de "alternativos", "problemáticos" ou simplesmente "diferentes", como argumenta Louro (2011, p.65):

No contexto da sociedade brasileira, ao longo de sua história, foi sendo produzida uma norma a partir do homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão. Essa é nossa identidade referência, a identidade que não precisa ser mencionada porque é suposta, está subentendida. Por isso os “outros”, os sujeitos “diferentes”, os “alternativos” ou os “problemáticos” serão, em princípio, as mulheres, as pessoas não brancas, as não heterossexuais ou não-cristãs. Para perturbar um pouco esta ordem, apenas como um exercício, proponho que experimentemos inverter essas posições e que imaginemos o que aconteceria se quem é representado desse modo subordinado tivesse o direito de falar de si mesmo e por si mesmo. Esses sujeitos deixariam, então, de ser “os outros”. Ninguém é, afinal, essencialmente diferente, ninguém é essencialmente o outro; a diferença é sempre constituída a partir de um dado lugar que se toma como centro e como referência. (LOURO, 2011, p. 65).

Neste sentido, Amando (2018) faz menção à Michel Foucault que ao discutir a normalidade como parte das artes de julgar, destaca que ela é um princípio de comparação. A norma, segundo Louro (2008), se difunde por meio de comportamentos repetidos e observados no cotidiano: “Aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura, através dos discursos repetidos da mídia, da igreja, da ciência e das leis e, contemporaneamente, através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos” (LOURO, 2008, p. 22)., tornando-se uma referência para todos.

O enfrentamento do preconceito contra a população LGBTQIA+ no ambiente escolar representa um desafio crucial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. A discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero é uma realidade persistente em muitos espaços educacionais, impactando negativamente o bem-estar emocional e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes LGBTQIA+. Nesse contexto, é imperativo que se promovam iniciativas que não apenas busquem combater manifestações explícitas de preconceito, mas também que criem um ambiente educacional seguro, acolhedor e capacitador para todos. Neste sentido, observamos:

A noção de diversidade sexual e de gênero além de implicar o reconhecimento pela existência das diversas expressões sexuais e de gênero, precisa buscar legitimar essas sexualidades, considerando-as tão naturais quanto a heterossexualidade. A ausência da aceitação de tais sujeitos sociais alimentada por ações preconceituosas e discriminatórias é classificada de acordo com as especificidades e particularidades de cada sujeito vítima de determinada ação violenta. Em relação à diversidade sexual e de gênero essa pluralidade de conceitos se estende com a multiplicidade de suas vítimas. (MENEZES, 2018, p.2).

Observamos que a noção de diversidade sexual e de gênero transcende a mera identificação da existência de diferentes expressões sexuais e identidades de gênero, demandando um comprometimento mais profundo: a legitimação e naturalização dessas realidades, equiparando-as à heterossexualidade. Tal perspectiva implica não apenas em

reconhecer a multiplicidade de orientações sexuais e identidades de gênero, mas também rejeitar quaisquer formas de hierarquização ou estigmatização dessas expressões.

A escola, enquanto espaço de convivência plural, ainda enfrenta grandes desafios no que diz respeito à inclusão e ao respeito à diversidade sexual. A presença de diferentes formas de sexualidade, que fogem aos padrões heteronormativos, é frequentemente invisibilizada, refletindo-se em práticas discriminatórias e preconceituosas contra pessoas LGBTQIA+. Esse cenário impacta diretamente a trajetória escolar e de vida dessa população, contribuindo para o abandono escolar, dificuldades na formação acadêmica e profissional, e exclusão do mercado de trabalho. A experiência de implementação de um Plano de Intervenção Educacional voltado ao enfrentamento da homofobia e transfobia no ambiente escolar, consistiu em um conjunto de ações articuladas entre discentes e docentes. Tal iniciativa teve como propósito central promover a desconstrução de estereótipos e contribuir para a formação de educadores (as) comprometidos (as) com a superação de práticas discriminatórias, tanto no contexto escolar quanto na sociedade em geral. A homofobia presente no espaço escolar, nesse sentido, configura-se como uma problemática que demanda intervenções pedagógicas efetivas pautadas na conscientização, na formação continuada e transformação das relações sociais. (MENEZES, 2018).

Segundo Menezes (2018), o Plano de Intervenção Educacional desenvolvido com os discentes foi dividido em quatro momentos distintos:

No primeiro momento foram realizadas palestras com temas sobre a diversidade sexual e de gênero, homofobia, homossexualidade, transexualidade, dentre outros, objetivando ampliar este debate com os/as docentes e abrir espaços para discussões e análise dos/as participantes. No segundo momento foram realizadas oficinas que buscaram trabalhar com as artes (teatro, música e dança) a fim de trazer à tona o discurso das referidas temáticas com o propósito de fazer com que todos participassem da atividade e desconstruíssem preconceitos e estereótipos próprios em relação às formas de sexualidades que diferem da heteronormatividade. No terceiro momento foram ofertados cursos de sensibilização sobre a importância da luta contra a homofobia dentro do ambiente escolar para todos os docentes, objetivando contribuir com o processo de formação continuada de cada educador, estendendo-se tais contribuições aos docentes. No quarto momento a proposta da intervenção ultrapassou o seu público alvo, atingindo os discentes da instituição. Neste último momento todos os docentes que participaram dos dois primeiros momentos da intervenção (com exceção do terceiro que foi realizado no prazo de tempo mais estendido e também serviu como meio de debates sobre o quarto momento) foram convidados a elaborar atividades com seus discentes que visassem abordar as questões do preconceito e da discriminação homofóbica dentro da escola. (MENEZES, 2018 p. 3-4)

O objetivo das atividades educativas foi voltado para os direitos dos LGBTQIA+, e foi considerado como um momento mais importante dentro do projeto desenvolvido com os discentes. Pois as experiências dessas atividades que foram discutidas no decorrer do curso de

sensibilização, foi para aumentar a conscientização e a empatia com o tema em discussão, e capacitar pessoas para que elas se tornem em agentes de transformação, ou seja, pessoas que passem o que aprenderam para outras, assim aumentando as informações sobre os direitos dos LGBTQIA+. E as contribuições para o enfrentamento à homofobia, foi com a intenção de combater o preconceito e discriminação contra a população LGBTQIA+, assim promover uma cultura de respeito, inclusão e igualdades de direitos.

A homofobia na escola deve ser pensada e combatida, principalmente, pelos, profissionais da educação, sociedade e a família. Sabe-se que o respeito a comunidade LGBTQIA+ deve começar no ambiente familiar, passando pela escola e pela sociedade como um todo. Assim, a escola deve ser um ambiente acolhedor das diversidades. No contexto escolar não deve haver violência contra a população LGBTQIA+, pois o ambiente escolar deve acolher qualquer pessoa com respeito mútuo e valorizar as diferenças das diversidades humanas. Portanto, a escola tem que combater a homofobia, não contribuir para que ela cresça dentro das instituições escolares.

Menezes (2018) diz que a escola é um espaço onde convivem diversas identidades de gêneros e sexualidades, que muitas das vezes fogem do padrão heterossexual, pessoas com essas identidades, sejam estudantes, professores ou outros membros da instituição escolar, constantemente sofrem com as práticas homofóbicas, pois esses comportamentos preconceituosos estão relacionados a estereótipos de gêneros que são repetidas e reforçadas no próprio ambiente escolar. Nesse contexto:

A escola, como as demais instituições sociais, a exemplo da família, muitas vezes, reforça os modos de como a sociedade impõe culturalmente os preceitos estabelecidos para cada gênero, conforme a genitália dos sujeitos. As cores, forma de comportamento, modos de sentar, vestir-se, comunicar-se, dentre outros aspectos, estão todos padronizados de acordo com a singularização dos sexos masculino e feminino. (MENEZES, 2018, p.4).

E ainda nesse contexto, também é debatida por Kamel e Pimenta (2008 apud Menezes, 2018, p. 4);

[...] quando destacam que a violência homofóbica vivenciada pela população LGBTQIA+ no ambiente escolar é preocupante, principalmente quando esta passa por uma forma despercebida de invisibilidade quando comparada aos demais sujeitos sociais, pois, na maioria dos casos, esses jovens que sofreram tal violência, em suas diversas formas, como apelidos pejorativos, exclusão e ridicularização, acabam tendo baixo rendimento e até mesmo abandonam a escola. (KAMEL, PIMENTA, 2008, apud, MENEZES, 2018, p.4).

Aqui é chamado a atenção para o fato de que a violência homofóbica nas escolas contra estudantes LGBTQIA+ é um problema sério e preocupante, mas muita das vezes passa despercebido. Pois essa forma de violência é invisibilizada, ou seja, não é reconhecida ou

enfrentada como deveria com muita seriedade quando comparada ao que ocorre com os demais grupos sociais. Esses jovens são continuamente alvo de agressões verbais, apelidos pejorativos, exclusão e ridicularização, e isto acaba prejudicando seu bem-estar emocional e psicológico. As consequências podem ser percebidas no baixo rendimento escolar, e em casos mais graves na desistência dos estudos.

Ainda neste sentido, conforme citado por Menezes (2018), segundo Prado e Junqueira (2011)

[...] a homofobia pode ser encontrada no ambiente escolar em diferentes graus e expressa em várias ocasiões, tais como nas relações pedagógicas normalizadoras, nas reuniões de pais e mestres, nos discursos normalizados nas salas de aulas, em conversas entre docentes e discentes que reproduzem a cultura heterossexual, dentre outras. Os autores ainda afirmam que, nas salas de aula, as práticas homofóbicas “sutis” são reforçadas por muitos docentes, por exemplo, ao recusar-se a chamar um estudante travesti ou transexual pelo seu nome social; quando participam de brincadeiras e piadas que tendem a ridicularizar e ofender a população LGBT, ou não as coíbem; dentre outras situações. (PRADO, JUNQUEIRA, 2011, apud, MENEZES, 2018 p. 4-5.).

Ressalta Menezes (2018), que a ausência de aceitação desses sujeitos sociais é frequentemente alimentada por ações preconceituosas e discriminatórias, levando a consequências que variam de acordo com as especificidades de cada indivíduo vítima de determinada violência. A busca pela legitimação das diversas sexualidades e identidades de gênero implica em desafiar preconceitos arraigados na sociedade, desconstruindo estereótipos que perpetuam a marginalização de determinados grupos. Essa tarefa complexa não se limita apenas ao âmbito pessoal, estendendo-se também para instituições, como a escola, onde a construção de um ambiente inclusivo é essencial para o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

O termo "violência" aqui não se restringe apenas a manifestações físicas, abrangendo também a violência simbólica e psicológica resultante de atitudes discriminatórias. Cada ação hostil dirigida a indivíduos LGBTQIA+ é moldada pelas especificidades e particularidades de cada sujeito, ampliando a compreensão da diversidade e da complexidade das experiências vividas por essa comunidade. Portanto, a reflexão proposta por Menezes (2018) destaca a necessidade de não apenas reconhecer, mas também validar e naturalizar as diversas formas de expressão sexual e identidade de gênero. Isso não só contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, mas também para a criação de ambientes que promovam o respeito mútuo e a compreensão das diferentes narrativas que compõem a rica tapeçaria da diversidade humana.

Menezes (2018) fala que a escola não é apenas um local de aprendizado formal, mas também é um espaço onde são impostas normas, ou seja, nela se reflete e reforça

procedimentos e valores que predominam na sociedade. A escola tem costume de valorizar e tomar como padrão a heterossexualidade, visto como normal ou o esperado dentro do ambiente escolar. Pois, qualquer forma de expressão afetiva ou sexual que foge do heterossexual é considerado diferente, ou seja, de difícil aceitação, assim, isso contribui para a reprodução do preconceito e discriminação contra os alunos LGBTQIA+.

Segundo Amando (2019), no Brasil são frequentes os casos de agressão física nas escolas contra a pessoa LGBT. Nesse contexto, a autora cita Fernandes et al. (2017, p.392) que realizou um estudo cujos resultados:

[..] revelaram que jovens homossexuais que vivenciaram variadas formas de violência na infância e início da juventude, sofreram repercussões negativas em relações interpessoais, autoconfiança, em como no bem-estar pessoal e familiar. O estudo mostrou ainda, que as situações de constrangimento e humilhação sofridas, especialmente na escola, faziam os jovens sentirem-se desprotegidos e ameaçados no que diz respeito a segurança física e mental. (FERNANDES et.al (2017, p.392) apud. AMANDO (2019, p.139)

Neste mesmo contexto Ramires (2011) analisa o papel da educação, especialmente as instituições de ensino formal na compreensão e no enfrentamento da homofobia, refletindo sobre como a escola pode influenciar na superação e reprodução desse tipo de preconceito. Pois, a população LGBT ao expressar os sofrimentos enfrentados, as lideranças do movimento frequentemente classificam a escola como uma instituição marcada por práticas e atitudes homofóbicas. Assim;

Fundamentam essa denúncia em abundantes relatos de humilhações e maus-tratos (vivenciados por eles próprios ou colhidos em depoimentos a que tiveram acesso diretamente ou pela internet) ocorridos na condição de estudantes. Sublinham especialmente como o fato de serem alvos desse tipo de tratamento afetou fortemente seu desempenho acadêmico, diminuindo o interesse pelas aulas. A ênfase recai particularmente sobre as travestis, as quais se viram em sua grande maioria obrigadas a abandonar os estudos e a pagar um alto preço pela escolaridade que lhes foi negada (RAMIRES, 2011 p. 133).

Ainda nessa perspectiva Ramires (2011), diz que:

[...] nota-se que a homofobia não é o único e certamente não é o maior problema das instituições de ensino. Contudo, se quiser uma escola melhor, isto é, com qualidade, democrática, participativa, a serviço dos interesses de toda a população a que serve e não apenas a elite, ela não pode continuar veiculando e fortalecendo preconceitos e discriminações, principalmente no que diz respeito a raça/etnia, gênero e sexualidade, pois são elementos estruturantes na construção das identidades individuais e coletivas (RAMIRES, 2011 p. 134,).

Amando (2019) diz que a escola é sem dúvida uns dos principais espaços de relações e interações entre os jovens. E, no entanto, apesar desse papel social, muitas instituições de ensino negligenciam e ignoram as questões relacionadas à sexualidade dos estudantes. Pois

isso ocorre mesmo tendo a existência de orientações formais como nos “Parâmetros Curriculares Nacionais” que dedicam um capítulo inteiro ao tema orientação sexual.

Ainda nesse contexto, Amando (2019) argumenta que silenciar ou ignorar o tema homossexualidade nas escolas representa uma forma de violência:

É necessário a compreensão de que dar invisibilidade ao tema homossexualidade, já é considerada uma violência, pois tentemos imaginar o que é, para os estudantes gays e lésbicas, viver dentro do ambiente escolar tentando, a todo custo, esconder sua orientação sexual por medo de se tornar alvo de piadas e de sofrer retaliações. (AMANDO, 2019 p. 137).

Observamos que a autora argumenta que a compreensão se faz necessário para dar a invisibilidade ao tema homossexualidade, pois a falta de orientação já é uma violência, imaginemos como é difícil para alunos gays e lésbicas, viverem se escondendo dentro do ambiente escolar, com medo de ser alvo de piadas e sofrer ataques.

Neste sentido, Louro (2018, p. 30) lembra que:

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém ‘assuma’ sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo – inato a todos – deve ter alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, como o lugar do desconhecimento e da ignorância. (LOURO, 2018 p. 30)

Perante esse contexto e no conflito contra a homofobia dentro do ambiente escolar, no qual, a gravidade não é só presente na violência física, como também nas distintas manifestações de violência psicológica presente nos insultos e nas piadas, entre outras manifestações que violam direitos básicos primordiais de um sujeito que é julgado inferior apenas por ser homossexual, é necessário que a escola reveja suas práticas visando uma atuação de forma respeitosa e responsável diante da sociedade contemporânea, pois possui essa responsabilidade por ser a instituição principal na construção do indivíduo como sujeito capaz de exercer cidadania. (AMANDO, 2019, p. 140).

Diante de toda essa problematização e considerando que a sexualidade dos adolescentes tem se manifestado de forma cada vez mais evidente no ambiente escolar, reconhece-se também que a homofobia ainda está presente nesse espaço:

[...] ecoa pelos corredores e salas de aula, está presente nos livros didáticos esse alarga nos intervalos e nos banheiros; é imprescindível discutir sobre o papel dos professores e suas concepções a respeito da temática, pois a sexualidade é uma das questões que mais têm trazido dificuldades e desafios aos educadores dentro do ambiente escolar. (AMANDO, 2019, p. 141)

Neste contexto, Amando (2019) diz que discutir o tema homossexualidade com professores e professoras, não é um trabalho fácil, porque alguns podem ter concepções pautadas na heteronormatividade e/ou, podem estar amparados por alguma religião radical discriminatória.

Nesse sentido, Amando (2019), diz que hoje em dia tem-se notado uma estabilização de entendimentos e concepções, “pois os professores e professoras não são apenas responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento” (AMANDO, 2019, p. 143-144).

Além disso, eles também reproduzem nas escolas e salas de aula, padrões sociais, valores, concepções e idealizações, pois ao contrário do que se imagina, o (a) professor (a) não entra em sala deixando para traz suas raízes e manifestações. O (a) professor (a) é carregado (a) de representações, histórias e experiências de vida, que influenciam suas identidades e discursos; e tudo isso entra com ele (a) em sala. (AMANDO, 2019, p. 144).

Conclui-se, conforme foi exposto acima, que as percepções em relação a homossexualidade partem de uma estrutura heteronormativa, que está marcada no ambiente escolar, influenciando com intensidade o comportamento dos professores e professoras. Assim, a falta de conhecimento e a escolha de não pensar e analisar sobre o tema, resulta na imperceptibilidade da pessoa LGTQIA+ no âmbito escolar.

Concluído, observamos que é importante haver espaços na escola para dedicar-se à formação dos jovens, com o objetivo de formar indivíduos capazes de pensar, reconhecer e respeitar as diversidades cultural e sexual de cada sujeito presentes na sociedade. É indiscutível a necessidade da luta pela concretização de políticas educacionais voltadas para a diversidade sexual para combater o preconceito contra homossexuais no ambiente escolar. Essa luta tem se manifestado excessivamente difícil, desafiadora, em razão das resistências heteronormativas ainda existentes nas escolas.

### **3 ANÁLISE AS PRINCIPAIS PESQUISAS PUBLICADAS ENTRE 2019 E 2024 SOBRE AS FORMAS DE ENFRENTAMENTO AO PRECONCEITO CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO AMBIENTE ESCOLAR**

Nos últimos anos, os debates sobre diversidade sexual e de gênero têm conquistado espaço cada vez maior nas discussões sociais e educacionais. Entretanto, o âmbito escolar ainda se apresenta como um espaço em que ocorrem o preconceito e a discriminação contra a comunidade LGBTQIA+, se manifestando de diferentes formas, prejudicando o crescimento emocional, social e acadêmico de alunos que fogem dos padrões heteronormativos. Sob esse viés, torna-se essencial compreender como a escola, enquanto instituição de formação humana de valores e cidadania, pode atuar na promoção do respeito, da inclusão e da igualdade.

Observa-se que algumas pesquisas foram realizadas nos últimos anos com o intuito de identificar, analisar e propor estratégias de enfrentamento ao preconceito no contexto escolar. Essas investigações contribuem para refletir sobre o papel dos professores, das políticas públicas e das práticas pedagógicas na construção de ambientes educativos mais acolhedores, livres de discriminação e preconceito contra a população LGBTQIA+.

Desse modo, este capítulo buscou apresentar e analisar os resultados de uma pesquisa bibliográfica, realizada no Catálogo de teses e dissertações da Capes, sobre os estudos publicados entre os anos de 2019 e 2024. Esta pesquisa teve o objetivo de compreender as formas de enfrentamento ao preconceito contra a população LGBTQIA+, buscando identificar como essas temáticas têm sido abordadas nas instituições escolares brasileiras ao longo dos últimos cinco anos.

O primeiro dado que é possível observar, é que ainda há poucas produções acadêmicas, incluindo dissertações de mestrado e teses de doutorado, que abordam temáticas relacionadas ao preconceito contra LGBTQIA+ no ambiente escolar. Esses trabalhos, embora distintos em seus recortes metodológicos e contextos investigativos, convergem na identificação de práticas discriminatórias que persistem nas instituições de ensino, mesmo diante da existência de legislações e diretrizes que buscam assegurar a proteção e os direitos dessa população. Observa-se que parte dos trabalhos realiza investigações diretamente em escolas, envolvendo docentes e estudantes da comunidade escolar. E outros se dedicam à análise documental, à revisão crítica de políticas públicas ou ao estudo de representações sociais.

Observa-se ainda que, independentemente do ponto de vista metodológico, as produções acadêmicas apontam para a continuidade de alto índices de preconceito, discriminação e violências simbólicas e físicas contra pessoas LGBTQIA+ em espaços

educativos. Esse cenário revela brechas entre a legislação recente e sua implementação no cotidiano escolar, indicando a necessidade urgente de políticas formativas mais vigorosas e práticas pedagógicas inclusivas e mecanismos institucionais de enfrentamento à LGBTQIA+fobia nas instituições de ensino.

Apresenta-se na tabela a seguir uma síntese dos principais descritores identificados nas pesquisas e os respectivos trabalhos, permitindo visualizar de forma sistematizada as tendências temáticas e metodológicas presentes no período analisado.

Tabela 1 - Resultados da pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

<b>Instituição</b>	<b>Título</b>	<b>Autor(a)</b>	<b>Tipo</b>	<b>Data</b>	<b>Descritores Identificados</b>
<b>Universidade de Pernambuco (UPE)</b> Programa: Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares	As representações sobre homossexualidade expressas nos discursos de professores e professoras de Educação Física	Marília Rocha Amando	Dissertação	13/11/2019	Homossexualidade; Representações docentes; Discursos de professores; Educação Física; Preconceito escolar; LGBTQIA+; Formação docente
<b>Universidade de São Paulo (USP)</b> Programa: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Julgamento de adolescentes sobre exclusão homofóbica na perspectiva da teoria do domínio social	Jackeline Maria de Souza	Tese	24/05/2019	Homofobia; Exclusão escolar; Adolescentes; Teoria do domínio social; Psicologia escolar; Violência simbólica; Preconceito
<b>Universidade Federal do Piauí (UFPI)</b>	Retalhos do ser jovem em meio à heteronormatividade	Samara Layse da	Dissertação	20/02/2019	Juventudes LGBTQIA+; Heteronormatividade

Programa: Educação	e: experiências juvenis em uma escola pública de Teresina	Rocha Costa			de; Experiências escolares; Identidade e sexualidade; Escola pública; Vivências juvenis
<b>Universidade Católica de Petrópolis (UCP)</b> Programa: Educação	Corpos excluídos e invisibilizados na escola pública: práticas de um currículo de ensino médio excludente	José Christovam de Mendonça Filho	Tese	02/09/2022	Invisibilidade; Corpos dissidentes; Exclusão escolar; Currículo excludente; Educação pública; Identidades de gênero e sexualidade
<b>Centro Universitário Internacional (UNINTER)</b> Programa: Educação e Novas Tecnologias	Diversidade sexual e de gênero na formação e prática docente: desafios e possibilidades com a prática cineclubista	Roberto Luiz Chamico Netto	Dissertação	11/11/2022	Diversidade sexual; Diversidade de gênero; Formação docente; Práticas pedagógicas; Cineclubismo; Inclusão escolar; Tecnologias educativas

Fonte: Elaboração da autora.

Na primeira pesquisa analisada, Amando (2019) em sua dissertação, teve como objetivo identificar e analisar as representações sobre a homossexualidade presentes nos discursos de professores e professoras de Educação Física das Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) da rede pública de Petrolina-PE. Os resultados revelam que grande parte deles (as) reproduz preconceitos baseados em crenças religiosas ou em normas heteronormativas, o que pode gerar discriminação contra pessoas LGBT. Muitos minimizam práticas homofóbicas nas escolas, tratando-as como brincadeiras; outros reforçam comportamentos discriminatórios com falas homofóbicas; e alguns evitam assumir posições,

recorrendo a discursos prontos e pouco críticos. Certificou-se também que as escolas pesquisadas não integram em seus currículos as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais relacionadas ao tema da Orientação Sexual.

Conclui-se que sua pesquisa evidenciou que as “representações sobre a homossexualidade presentes nos discursos de professores e professoras de Educação Física das EREM de Petrolina-PE”, ainda estão fortemente marcadas por preconceitos sustentados por valores religiosos e pela heteronormatividade. E esta postura docente contribui para a manutenção de práticas discriminatórias no ambiente escolar, seja por meio da minimização de agressões homofóbicas, seja pela reprodução de falas preconceituosas ou pela adoção de discursos evasivos. Além disso, a ausência de ações pedagógicas que contemplem as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais sobre a temática da orientação sexual reforça a omissão institucional diante do problema. Assim, o estudo destaca a necessidade urgente de formação docente crítica e de práticas pedagógicas que promovam o respeito à diversidade, de modo a transformar a escola em um espaço acolhedor e verdadeiramente inclusivo para estudantes LGBTQIA+.

Já Souza (2019) em sua tese, realizou uma pesquisa de doutorado com adolescentes, analisando como variáveis sociodemográficas, níveis de empatia e experiências relacionadas ao preconceito influenciam os julgamentos de adolescentes sobre situações de exclusão contra pessoas homossexuais. Fundamentada na Psicologia do Desenvolvimento Moral e na Teoria do Domínio Social, a pesquisa investigou 643 jovens de 12 a 18 anos, de escolas públicas de Petrolina-PE e São Paulo-SP, por meio de questionários auto administrados. Os resultados mostraram que, mesmo quando muitos adolescentes julgam a homossexualidade como “errada”, a exclusão baseada nesse motivo é majoritariamente considerada incorreta por razões morais. Em variáveis como gênero e contato com pessoas homossexuais, as meninas demonstraram maior empatia, e experiências de vitimização tiveram forte impacto nesses julgamentos, com meninas apresentando maior rejeição à exclusão. Quanto maior o contato com pessoas LGBT, os níveis de empatia e as experiências de vitimização por preconceito, maior a tendência de avaliar a exclusão como errada, com base em critérios morais, convencionais e pessoais. Observou-se ainda pouca influência de pais e professores, contrastando com a forte influência dos pares adolescentes.

Assim, essa pesquisa demonstra que entender a homofobia entre os adolescentes requer uma visão multidimensional, que considere não apenas crenças individuais, mas também experiências sociais, afetivas e contextuais. O estudo amplia o entendimento sobre como

jovens percebem e julgam práticas discriminatórias, oferecendo subsídios relevantes para intervenções educativas e políticas escolares voltadas à promoção do respeito e da igualdade.

Costa (2019) discute como jovens de uma escola pública de Teresina vivenciam e compreendem o “ser jovem” dentro de um contexto marcado pela heteronormatividade. A autora busca analisar os *confetos*, combinações de conceitos e afetos, produzidos por esses estudantes ao refletirem sobre suas próprias experiências. Assim, procurou descobrir quem são esses jovens, como percebem a heteronormatividade, que problemas enfrentam por causa dela e quais estratégias utilizam para lidar com essas dificuldades.

Segundo a autora a pesquisa se apoia na abordagem da Sociopoética, entendida como um modo de produzir conhecimento de forma coletiva, sensível e multirreferencial. Inspirando-se em Gauthier, Adad e Petit, (2012, 2014, 2014 apud Costa, 2019), Costa afirma que essa perspectiva valoriza a participação do grupo, o uso da arte, a expressão do corpo e uma ética comprometida com a subjetividade dos participantes. As oficinas sociopoéticas realizadas possibilitaram a criação de registros audiovisuais e escritos, além de produções artísticas como os “Retalhos do ser jovem em meio à heteronormatividade” e o “Estandarte do ser jovem em meio à heteronormatividade”.

Assim, os resultados da pesquisa, conforme interpretados pela autora, evidenciam que muitos jovens se veem impedidos de expressar quem realmente são, seja pela família ou pela sociedade, enquanto outros não enfrentam essas barreiras por estarem alinhados às expectativas sociais. Costa também aponta que os participantes identificaram lugares acolhedores, nos quais a juventude pode se manifestar livremente, e lugares restritivos, especialmente para pessoas homossexuais. Além disso, foram mencionados espaços onde os jovens sentem-se obrigados a agir de forma padronizada, como se fossem “robôs”.

A autora ainda observa que os problemas enfrentados pelos jovens não se limitam apenas nas pressões da heteronormatividade, mas incluem conflitos familiares, dificuldades emocionais e situações que os impedem de lidar com suas questões de maneira autônoma. Costa destaca que surgem estratégias de resistência e apoio, especialmente por meio de amigos e, em muitos casos, da figura materna.

Costa (2022) ao refletir sobre as produções do grupo-pesquisador, argumenta que essas narrativas contribuem para desconstruir ideias naturalizadas sobre juventude e sexualidade, abrindo espaço para formas mais amplas e críticas de compreender o ser jovem. Os relatos revelam múltiplas faces da juventude contemporânea, marcadas por preconceitos, violências, tristeza, conflitos familiares e envolvimento com drogas, mas também por desejos de esperança, respeito, amor e, sobretudo, pelo direito à voz e à existência digna.

Filho (2022), discute em sua tese, as sexualidades a partir das vivências corporais de jovens da escola pública, destacando que tais experiências, relações e interações revelam a necessidade de um currículo participativo. O autor aponta que escutas ativas e descrições densas são fundamentais para compreender a realidade desses estudantes e chegar a conclusões mais sensíveis e contextualizadas.

O objetivo central do estudo de Filho (2022) foi compreender, a partir dos relatos de jovens LGBTQIA+, como se davam os processos de acolhimento, inclusão e exclusão dessa comunidade nos espaços das escolas públicas da Grande Vitória, no Espírito Santo. Ele observou que estudantes LGBTQIA+ enfrentam sistemática invisibilização, violência simbólica e exclusão, muitas vezes reforçadas por práticas pedagógicas e relações entre colegas que reiteram a heterossexualidade compulsória.

Filho (2022) ressalta que o tema das homossexualidades quase nunca aparece na escola e, quando surge, é tratado de forma depreciativa. Suas análises indicam que a escola pública ainda é um espaço profundamente excludente, falhando em seu papel de promover respeito, diversidade e cidadania. Para o autor, a presença de preconceito e discriminação é marcante e recorrente.

Diante desse contexto, Filho (2022), diz que é essencial a escola, amparada por documentos legais e constitucionais, e construir políticas efetivas de inclusão. Isso envolve não apenas o compromisso dos profissionais da educação, mas também a revisão de instrumentos pedagógicos, como nos indica Filho (2022) “desenvolver uma política de inclusão e valorização das diversidades e da pluralidade, que seja pautada em princípios democráticos e de cidadania e respeite os direitos humanos de todas as pessoas. ”

Netto (2022) em sua dissertação analisa a evolução histórica da discriminação contra pessoas LGBTQIAP+ e os impactos desse processo no contexto educacional brasileiro. O autor explica que, até meados do século XX, a homossexualidade era tratada como crime, pecado ou doença, o que gerou perseguições e tratamentos psiquiátricos forçados. Segundo Netto (2022), essas violências impulsionaram o surgimento de movimentos LGBTI+ em busca de direitos civis, igualdade e reconhecimento social. Ele destaca ainda o marco de Stonewall como um ponto decisivo para o ativismo LGBTQIAP+.

O autor afirma que no ambiente escolar os temas como diversidade sexual e gênero ainda enfrentam resistência, seja por desconhecimento dos professores sobre políticas públicas, seja por motivos morais que levam à invisibilização desses debates. Como indica Netto (2022), muitos docentes restringem a temática a conteúdos biológicos, evitando discutir questões sociais e culturais. A pesquisa mostra que essa ausência de debate reforça

preconceitos, mantém a heteronormatividade e limita a inclusão escolar. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise de documentos como jornais, revistas e relatórios militares do período da Ditadura. Os resultados mostram que evitar ou sentir vergonha dos debates nas escolas contribui para a continuidade de atitudes preconceituosas e discriminatórias, além de reforçar a manutenção de um padrão heteronormativo e masculinizado.

A pesquisa de Netto (2022), propõe um cineclube como ação formativa capaz de ampliar a compreensão docente sobre diversidade sexual e de gênero. O autor argumenta que repensar a formação de professores é fundamental para combater discriminações e garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

Em conclusão, a análise dos trabalhos apresentados revela que todos convergem ao apontar a existência de preconceito contra pessoas homossexuais no ambiente escolar. As abordagens estudadas demonstram que esse tipo de discriminação ainda persiste nas instituições de ensino, manifestando-se de diferentes formas e influenciando negativamente a experiência escolar de estudantes LGBTQIA+.

No entanto, ao analisar em conjunto as relações, convergências e complementaridades entre os trabalhos, é possível identificar importantes pontos, nos trabalhos de, Amando (2019), Souza (2019), Costa (2019), Mendonça Filho (2022) e Netto (2022), revelam um quadro persistente e interligado sobre como a heteronormatividade, a discriminação e a falta de preparo no ambiente educacional continuam estruturando as vivências de pessoas LGBTQIA+ no contexto escolar brasileiro. Apesar de que cada pesquisa ter adotado pontos de vistas, métodos e públicos distintos, todas concordam ao evidenciar que a escola ainda é um espaço marcado por práticas excludentes, discursos preconceituosos e ausência de políticas efetivas de acolhimento.

Em síntese, essas pesquisas evidenciam que superar o preconceito não depende apenas de mudanças individuais, mas de transformações pedagógicas, políticas e institucionais. A convergência entre os estudos aponta a necessidade urgente de formação docente crítica, políticas escolares inclusivas e espaços educativos que valorizem a diversidade, garantindo às juventudes LGBTQIA+ o direito à voz, ao respeito e à existência digna.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas ao longo deste trabalho evidenciaram que a compreensão sobre a sexualidade e, de modo particular, sobre a homossexualidade, está profundamente relacionada aos contextos históricos, culturais e sociais que moldam as percepções de cada época. A partir da retomada histórica proposta por autores como Michel Foucault (1999), Amando (2019), Menezes (2018), Louro (2008), e outros pesquisadores, tornou-se possível compreender que a sexualidade não é um fenômeno natural e fixo, mas um dispositivo socialmente construído, atravessado por relações de poder que produzem normas, discursos e práticas de controle.

Ao aprofundar o olhar sobre o ambiente escolar, observou-se que esse espaço, que deveria promover acolhimento, respeito e formação cidadã, muitas das vezes reproduz e afirma preconceitos historicamente enraizados. Assim, a heteronormatividade, é tomada como padrão de normalidade, que regula comportamentos e define lugares de vivências, silenciando e excluindo estudantes LGBTQIA+. Esse cenário se manifesta tanto por meio de violências explícitas, como agressões, insultos e ridicularizações, quanto por violências simbólicas e institucionais, como a negação do nome social, a omissão docente e a ausência de políticas de inclusão efetivas.

As pesquisas analisadas (2019–2024) reforçam esse diagnóstico ao demonstrarem que o preconceito e a discriminação continuam presentes nas escolas brasileiras, apesar dos avanços legais e das discussões contemporâneas sobre diversidade sexual e de gênero. Os estudos também apontam que tais práticas discriminatórias impactam diretamente o bem-estar emocional, o desempenho escolar, a permanência e até as possibilidades de futuro dos jovens LGBTQIA+. Muitos deles relatam sentimentos de medo, vergonha, desproteção e hostilidade, características que refletem uma escola que ainda falha em garantir direitos fundamentais e condições igualitárias de aprendizagem.

Diante desse panorama, torna-se evidente a necessidade de formação docente crítica, pautada nos direitos humanos, na compreensão da diversidade e na desconstrução de preconceitos naturalizados. Professores e professoras desempenham papel central na produção ou no enfrentamento da LGBTQIA+fobia dentro da escola, pois carregam para o ambiente educacional suas crenças, valores e histórias de vida. Portanto, investir na formação continuada, em práticas pedagógicas inclusivas, na revisão dos currículos e no fortalecimento de políticas públicas é essencial para transformar a escola em um espaço democrático, seguro e diversificada. Também se destaca a importância de projetos pedagógicos que promovam o

diálogo, a sensibilização e a reflexão crítica, como cineclubes, oficinas, rodas de conversa e intervenções educativas que permitam aos estudantes compreender e respeitar as diferentes formas de existência humana. Tais iniciativas demonstraram, nas pesquisas analisadas, grande potencial para ampliar a empatia, reduzir preconceitos e fortalecer uma cultura escolar mais acolhedora.

Conclui-se que o enfrentamento ao preconceito contra a população LGBTQIA+ no ambiente escolar é urgente, necessário e inadiável. A escola, enquanto instituição formadora de sujeitos sociais, não pode reproduzir exclusões históricas, mas deve assumir o compromisso ético de promover a igualdade, o respeito e a dignidade de todos. Assim, reafirma-se a importância de políticas educacionais que garantam visibilidade, voz e reconhecimento aos estudantes LGBTQIA+, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, diversificada e democrática. Somente por meio do diálogo contínuo entre teoria, pesquisa e prática educativa será possível vencer a discriminação e fortalecer ambientes escolares realmente inclusivos, capazes de valorizar a diversidade humana em todos os sentidos.

## REFERÊNCIAS

AMANDO, Marília Rocha. **As representações sobre homossexualidade expressas nos discursos de professores e professoras de Educação Física**. 2019. Dissertação (Mestrado em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares); Universidade de Pernambuco, 13 nov. 2019.

AMANDO, Marília Rocha; CUSATI, Iracema Campos; DE CARVALHO, Odair França. Normatividade cultural e marginalização das sexualidades: o preconceito no ambiente escolar contra a pessoa LGBT. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 28, n. 3, p. 128-147, 2019.

BORTOLETTO, Guilherme Engelman. **LGBTQIA+: identidade e alteridade na comunidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Gestão de Produção Cultural). Escola de Comunicações e Artes, Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: [https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/guilherme\\_engelman\\_bortoletto.pdf](https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/guilherme_engelman_bortoletto.pdf). Acesso em: 6 de maio 2025.

COSTA, Samara Layse da Rocha. **Retalhos do ser jovem em meio à heteronormatividade**: experiências juvenis em uma escola pública de Teresina. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, 20 fev. 2019.

FERNANDES, Hugo; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci; VENTURA, Renato Nabas; HORTA, Ana Lucia de Moraes; DASPETT, Celina. Violência e Vulnerabilidade ao HIV/AIDS em jovens homossexuais e bissexuais. **Acta Paul Enferm.** V 30, n. 4, p. 390-396, 2017.

FILHO, Jose Christovam de Mendonca. **Corpos excluídos e invisibilizados na escola pública**: práticas de um currículo de ensino médio excludente. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Católica de Petrópolis, 02 set. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. O que é homossexualidade. São Paulo: Brasiliense, s.d. (Coleção Primeiros Passos). 1983

GUERRA, Sabrina de Barros Ferreira. **"Transtornos do instinto sexual?"** A medicina legal define a homossexualidade, lesbianidade, transgeneridade e intersexualidade. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2019.

LE COFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Tradução de Marcos Flaminio Peres. Revisão técnica de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação docente**—Revista brasileira de pesquisa sobre formação de professores, v. 3, n. 4, p. 62-70, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, v. 19, p. 17-23, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4 Ed. Belo Horizonte, 2018.

MENEZES, Moisés Santos de; DE SANTANA, Orientadora Anabela Maurício. **Homofobia na escola: desafios e enfrentamentos**. 2018.

NETTO, Roberto Luiz Chamico. **Diversidade sexual e de gênero na formação e prática docente: desafios e possibilidades com a prática cineclubista**. Dissertação (Mestrado em Educação e Novas Tecnologias). Centro Universitário Internacional, 11 nov. 2022.

PRADO, Marco Aurélio Máximo, JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia, hierarquização e humilhação social**. Programa Brasil sem Homofobia (2008).

PRETES, Érika Aparecida; VIANNA, Túlio. **História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo**. 2007.

RAMIRES, Luiz. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. Homofobia na escola: o olhar de um educador social do movimento LGBT. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

RIBEIRO, Hugues Costa de França. **Sexualidade, gênero e teoria queer**. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, v. 22, n. 2, 2011.

SOUZA, Jackeline Maria de. **Julgamento de adolescentes sobre exclusão homofóbica na perspectiva da teoria do domínio social**. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). Universidade de São Paulo, 24 maio 2019.